

BIBLIOTECA
DO SENADO
FEDERAL

JOAQUIM DE SALLES TORRES NOMEM

APONTAMENTOS
PARA A
Historia do Movimento Abolicionista
NA
PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL

V
326.98165
H765
shm
1888

JOAQUIM DE SALLES TORRES HOMEM

APONTAMENTOS

PARA A

HISTORIA DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA

NA

PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL



PORTO ALEGRE

TYP. DA REFORMA — PRAÇA SENADOR FLORENCIO

1888

✓
326.98165
4765
a/hm
1888

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registrado

sob número 3327

do ano de 1974



I

Os povos não pôdem, á semelhança dos individuos nobres, guardar em silencio suas boas acções, porquanto estas pertencem, como um ensinamento perduravel, ás gerações vindouras.

O povo rio-grandense, tanto como o povo brasileiro em geral, escreveu paginas das mais brilhantes n'essa Historia da Abolição, que ha de ser um dos mais preciosos elementos da educação moral e social dos nossos pósteros.

Foi extraordinariamente grande a conquista do progresso, attendendo-se ás circumstancias da nação brasileira, livre, faz pouco mais de meio seculo, de um regimen colonial oppressivo e entorpecedor, vivendo depois sem estimulos, ligada ainda a instituições do passado, á escravidão do trabalhador.

Mais naturalmente se explicaria semelhante victoria social pela indole invejavel dos brasileiros e de todos os Americanos, entusiastas, emprehendedores e sedentos de innovações.

Sob ó aspecto psychologico, não nos causa demasiada extranhese que a nação brasileira realisasse a abolição da es-

cravatura, mas antes admirariamos que ella não o tivesse feito mais cedo, si nos podessem ser occultas as causas de resistencia a sua generosa tentativa.

E' historia muito antiga que nas differentes sociedades a perpetuação do trabalho escravo, comquanto produzisse visivelmente o atrazo material da industria, foi considerada o palladio da riqueza publica e privada.

Felizmente, não podia ser muito arraigado esse prejuizo na provincia do Rio Grande do Sul, onde o maior emprego da escravidão foi no serviço domestico.

A industria pastoril, predominante na campanha, tem-se utilizado preferentemente de *peões* livres.

A lavoura desenvolveu-se aqui, principalmente sob os auspicios dos colonos europeus.

A abolição da escravatura não devia, portanto, pelo lado economico, deparar com serias resistencias.

Havia apenas habitos privados de possuir-se em casa, e de uma fórma permanente, os criados de servir.

Mas, por amor d'essa commodidade relativa, podia-se afirmar que a generosidade do povo rio-grandense não deixaria de corresponder ao appello da civilisação e da humanidade.

Entretanto, como o costume era antigo e geral, não tinha apparecido, até 1883, senão a idéa de pedir a emancipação dos escravos mediante resgate pecuniario.

A sociedade *Parthenon Litterario*, d'esta capital, diversas outras associações da provincia, tinham promovido muitas vezes festas, para concessão de cartas de alforria compradas.

O nosso assumpto, porém, é o movimento propriamente abolicionista.

No primeiro semestre de 1883, o *Jornal do Commercio* de Porto Alegre, de propriedade e redacção de Achylles Porto Alegre, bem assim a *Reforma*, sob a direcção do Dr. Antonio Lara da Fontoura Palmeiro, de saudosa memoria, iniciaram a propaganda abolicionista.

O *Mercantil*, tendo por proprietario e redactor o dedicado patriota João Cancio Gomes, mantinha uma caixa, para libertar a dinheiro os escravos.

O Directorio do Partido Liberal, organisando tambem por

esse tempo conferencias publicas, que se celebraram no Theatro São Pedro, para o fim de tratar das reformas sociaes, foi pela primeira vez proposta da tribuna a abolição immediata por J. S. Torres Homem, a 26 de Abril de 1883.

Logo no mez seguinte, o *Parthenon Litterario* creou uma secção abolicionista, representada por J. S. Torres Homem e Julio Cesar Leal, que na tribuna e na imprensa agitaram vivamente a propaganda.

O *Jornal do Commercio* continuou a prestar galhardamente, e sem restricções, as suas columnas ao serviço da causa redemptora.

A secção abolicionista do *Parthenon* promoveu a fundição do *Centro Abolicionista*, que tantos serviços tinha de prestar ao movimento social, e que installou-se a 28 de Setembro de 1883.

Essa solemnidade tornou-se inolvidavel, para os que tiveram a felicidade de testemunhal-a

Sendo aclamado Presidente o coronel Joaquim Pedro Salgado, chefe politico, que exerce porém n'esta capital um prestigio social incomparavel, sobre todas as classes do povo, indistinctamente : declarou desde logo livres os escravos que possuia, o que foi acolhido por uma delirante ovação dos que viam pela primeira vez realizar-se um acto abolicionista.

Na mesma data, o Dr. Severino Prestes, n'uma sessão publica da sociedade *Esperança e Caridade*, no theatro São Pedro, fez uma conferencia francamente abolicionista.

Em subsequentes reuniões, o novo *Centro Abolicionista* foi sempre animado do poderoso espirito do seu digno presidente, que devia conduzir-o dentro de poucos mezes á victoria.

Fizeram parte do Directorio d'essa associação os cidadãos :

Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Salles Torres Homem, Achylles Porto Alegre, Julio Cesar Leal, Aurelio Virissimo de Bittencourt, Dr. Severino Prestes, Dr. Antonio Lara da Fontoura Palmeiro, João Damasceno Vieira Fernandes, Dr. Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha, Dr. Joaquim Pedro Soares, Soter Caio da Silva, Dr. Arthur Luiz Cadaval, João Duval, Ignacio de Vasconcellos Ferreira, João Theophilo Vieira da Cunha, Norberto Antonio Vasques, Antonio Can-

dido da Silva Job, Leopoldo Masson, Candido Antonio da Costa, Dr. João Luiz de Andrade Vasconcellos.

Ulteriormente, foram tambem eleitos Directores os cidadãos Dr. Julio de Castilhos, Emilio da Silva Ferreira, João Cancio Gomes e Miguel de Werna.

No fim do mesmo anno de 1883, a Assembléa Provincial, inspirando-se no espirito publico, adoptou o parecer de sua commissão de fazenda, que, pelo órgão de seu relator, o Exm. conselheiro Silveira Martins, propôz a elevação da taxa sobre a propriedade de escravos.

No resto da provincia, existiam n'esse anno um club abolicionista em Pelotas, presidido pelo coronel Antonio Antunes Porciuncula da Costa, uma sociedade emancipadora em São Sebastião do Cahy, organizada a 13 de Junho de 1883, o club abolicionista «Rio Branco», installado em Santa Anna do Livramento a 16 de Dezembro de 1883, a sociedade litteraria e abolicionista «Aurora da Serra», que tem sua séde na Cruz Alta.

Porto Alegre contava duas sociedades emancipadoras : a denominada *Visconde do Rio Branco*, composta principalmente de alumnos da Escola Normal, e a *Esperança e Caridade*, constituída pelos proprios escravos e alguns libertos.

Os primeiros mezes de 1884 assignalaram-se por uma recrudescencia dos sentimentos philantropicos dos habitantes d'esta provincia, em diferentes localidades, sobretudo na Uruguayana e Alegrete.

Na primeira d'essas cidades, até as senhoras das mais distinctas sahiram pelas ruas, a esmolar um obulo para o resgate dos escravos.

No Alegrete foram muito meritorios os trabalhos do Club Emancipador e principalmente de Sr. Luiz de Freitas Valle, a quem o Governo Imperial galardoou pouco depois, agraciando-o com uma commenda.

A propaganda, que continuava activissima na capital, era sustentada por quasi todos os órgãos da imprensa : *Jornal, Reforma, Federação, Mercantil, Seculo, Evolução e Athleta*.

As idéas, postas em circulação por essas folhas, pene-

traram o geral dos espiritos e constituíram o assumpto dominante, que a todos preocupava.

Taes eram, como as descrevemos desde 1883, as tendencias abolicionistas no Rio Grande do Sul, quando deu-se a opposição na Camara dos Deputados contra o ministerio do Senador Dantas, que apresentava um programma abolicionista.

Conforme expuzemos na nossa narração, muito antes d'esse governo, e sobretudo mais que elle, o Rio Grande era abolicionista.

Comtudo, pareceu muito nobre o procedimento do estadista bahiano, de modo a augmentar o enthusiasmo dos patriotas rio-grandenses.

Quando sê soube em Porto Alegre, a 30 de Julho, a resolução do governo, de dissolver a Camara, promoveu a imprensa uma imponente manifestação cívica, que produziu a mais favoravel impressão nos espiritos.

Coadjuvando valorosamente essa agitação, o *Centro Abolicionista*, reunindo-se a 6 de Agosto, sob a inspiração de seu Presidente, nomeou incontinenti commissões de senhoras e cavalheiros, para tratar da liberdade dos escravos nos differentes districtos da capital, suburbios e freguezias de seu municipio.

O que fazia tambem um estimulo para a heroica capital, é que já a 3 de Agosto a villa de São João Baptista do Quarahy dera o brado abolicionista, proclamando a mesma villa e parte de seu municipio livres seus escravos, concedendo 119 alforrias. Illustrára-se n'esse movimento o Sr. Florencio Monteiro, de saudosa memoria.

As resoluções do *Centro Abolicionista* despertaram calorosas sympathias. Diversos particulares, entre elles nos lembramos do Sr. João Guilherme Ferreira, respeitavel negociante, que alforriou seus 14 escravos, e de seu filho Emilio da Silva Ferreira, o mais prestante dos auxiliares do *Centro Abolicionista*, concorreram espontaneamente ao appello d'esta associação; varios senhores annunciaram tambem suas intenções generosas, devendo-se fazer especial menção do corpo commercial d'esta praça, pela nobreza de seus sentimentos.

Vendo tão bem acolhido o seu convite humanitario, o

benemerito coronel Salgado encetou então as gloriosas jornadas abolicionistas de 12 a 18 de Agosto de 1884.

Foi elle o primeiro que se animou a pedir directamente aos senhores de escravos a liberdade d'estes, sem indemnisação pecuniaria.

Por sua iniciativa, ficaram libertas de escravos, no dia 12 de Agosto, duas quadras da rua 7 de Setembro, comprehendidas entre a rua General Camara e a praça Conde d'Eu, e uma quadra da rua dos Andradas, entre a citada rua General Camara e a rua do Commercio.

A' noite, o *Centro Abolicionista*, acompanhado pelo povo, saudou os negociantes de Porto Alegre, que se tinham assim mostrado desinteressados, libertando os primeiros os seus escravos.

As commissões, nomeadas desde 6 de Agosto pelo mesmo *Centro*, coadjuvaram eficazmente os trabalhos d'este, e, em menos de 7 dias, Porto Alegre tinha libertado perto de dous mil escravos, que possuia !

Não houve resistencias egoistas ás commissões, que iam de porta em porta, senão por parte de tres individuos, impulsionados por motivos indignos.

Emquanto se fez a campanha abolicionista, manifestações em todas as noites, com musica, foguetes e discursos, saudando os ex-senhores de escravos, a imprensa e os comissionados, concorreram grandemente para alimentar o enthusiasmo publico.

A imprensa tornou-se digna dos maiores louvores.

O abalizado escriptor Carlos von Koseritz, brasileiro pelo coração e por seus serviços á nossa terra, não temeu ser tachado de exagerado, quando nos primeiros dias de Agosto predisse pelas columnas da *Reforma* que Porto Alegre daria, para a festa annunciada para 7 de Setembro, mil cartas de liberdade. O resultado excedeu até a sua previsão.

Achylles Porto Alegre, auxiliado por J. Cesar Leal, Aurelio de Bittencourt, Damasceno Vieira, Dantas Barreto, sustentava com denodo os creditos da sua folha, o benemerito *Jornal do Commercio*

O esforçado órgão republicano, a *Federação*, punha-se á altura da causa social. Era seu redactor o austero e talentoso Dr. Julio de Castilhos.

O *Mercantil*, comquanto jornal conservador, applaudia e acompanhava o movimento progressista de Agosto de 1884, que tambem era apoiado pelo *Seculo*, *Evolução*, *Convenção* e *Athleta*.

Tambem não seria justo passar em silencio os nomes dos que trabalharam nas commissões libertadoras da capital e de seu municipio, obtendo alforrias de escravos e donativos para a *kermesse* abolicionista.

1º districto da capital. — Exmas. DD. Maria José Palmeiro Salgado, Nonó Carvalho, Amalia Hensel, Maria Jesuina Araponga Gay, Julia Dias de Castro, coronel Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Salles Torres Homem, tenente-coronel Ernesto Carneiro da Fontoura, Dr. Ramiro F. de Barcellos, Antonio de Azevedo Lima, Dr. Araponga do Amaral, Leopoldo Masson, Olympio da Cunha Brochado, Emilio da Silva Ferreira, Nemesio Gay, Antonio Soares Amaya de Gusmão, Manoel da Silva Oliveira Junior, Escola Militar.

2º districto. — Exmas. DD. Sophia Paradedda Yelloso, Carolina Kosoritz, Julia Kohler, Affonsina dos Reis, Leopoldina Chaves, Elisa Camargo, Vicente José de Barcellos Junior, Dr. Edmundo da Cunha, Justino Machado da Rocha, Bernardo Figueira, tenente-coronel Manoel Ignacio da Silva Neco, João Alves Canteiro, tenente-general Salustiano Jeronymo dos Reis, Emilio da Silva Ferreira, Ernesto dos Santos Paiva, José Joaquim Andrade Neves, Joaquim Francisco de Souza Motta, Escola Militar.

Freguezia do Menino Deus. — Dr. Gaspar Reichteiner, tenente-coronel Carlos José Tinoco da Silva, José Dias da Costa, Boaventura Augusto dos Reis.

3º districto. — Exmas. DD. Honorina de Castilhos, Miguelina Werna, Julieta de Oliveira, Iguez Cordeiro, tenente coronel Antonio Onofre da Fontoura, João Baptista de Oliveira Valle, Miguel de Werna, José Pedro Alves, Mariano José do Canto, Dr. Julio de Castilhos e Candido Pacheco.

Freguezia das Pedras Brancas. — Francisco de Paula da Silva Rangel.

Ilhas fronteiras. — Alfredo Duclos, João Baptista Pereira Salgado, Antonio José Pires.

Freguezia de Belém. — Serafim Francisco de Souza e

Silva, capitão Alexandre José Bernardes, Camillo José Mendes Ribeiro.

A *kermesse* abolicionista, realisada a 7 de Setembro, comquanto a capital dispensasse já os donativos para o resgate de escravos, que havia libertado gratuitamente, foi a mais brilhante festa, de que se tenha memoria n'esta cidade.

Inaugurou-se a 7 de Setembro de 1884, depois de uma sessão extraordinaria da Illma. camara municipal, a que assistio o presidente d'esta provincia, conselheiro José Julio de Albuquerque Barros, e onde foi proclamado livre de escravos o municipio de Porto Alegre. A camara fez consignar na acta da sessão uma moção de louvôr ao coronel Joaquim Pedro Salgado e a Joaquim de Salles Torres Homem.

Occuparam as elegantes tendas da feira abolicionista as Exmas. DD. Maria José Palmeiro Salgado, Nonó Carvalho, Sophia Velloso, Maria Jesuina Araponga Gay, Miguelina Werna, Affonsina Reis, Leopoldina Chaves, Julieta de Oliveira, Amalia Haensel, Carolina Koseritz, Julia Kohler e Ignez Cordeiro.

O povo que concorreu, representado por todas as classes deu em poucos dias, a troco de bagatelas, a quantia de mais de *treze contos de réis*, receita bruta.

Todas as localidades da campanha se empenharam logo em seguir o exemplo inexcedivel que dera sua digna capital.

Desde 17 de Agosto, o *Centro Abolicionista* tinha dirigido uma circular a todas as pessoas gradas da campanha, incitando-as a formar clubs abolicionistas e trabalhar na liberdade dos escravos.

Esse appello foi dignamente correspondido.

O coronel Salgado, usando das suas relações politicas e de suas numerosas amizades, conseguiu por sua influencia pessoal numerosissimas adhesões ao movimento libertador.

Melhor que nossas palavras, a estatistica, que somos aliás obrigados a apresentar, dirá como a provincia portou-se na cruzada humanitaria e patriotica de 1884.

A 16 de Agosto libertou-se a villa de São Sebastião do Cahy, sob a influencia da sua «Sociedade Emancipadora», cuja directoria compunha-se dos cidadãos Dr. Francisco Mar-

ques da Cunha, Lourenço A. Guimarães, José Ferreira Bastos, Cesar Augusto Goes Pinto.

Depois de uma conferencia do illustrado Dr. Antonio Lara da Fontoura Palmeiro, cuja morte prematura o partido liberal deplora hoje, libertou-se a villa da Capella de Viamão, a 21 de Agosto, sendo entregues por occasião da mesma conferencia 180 cartas de liberdade.

O municipio de Viamão, que contava cerca de 900 escravos, ficou quasi todo liberto em data de 14 de Setembro.

Distinguio-se n'esses trabalhos o centro libertador de Viamão, tendo por presidente Ricardo Ernesto Heinzelmann, vice-presidente Victor Bernardes Pereira, thesoureiro Antonio Santa Cruz, secretario João de Azevedo Barbosa.

A cidade de São Leopoldo, centro da colonisação allemã, libertou-se a 26 de Agosto, graças aos esforços do tenente-coronel João Schmitt, presidente de uma commissão, que conseguiu mais de 150 cartas de liberdade; o numero d'estas elevou-se a 212 até 12 de Setembro.

Na freguezia de São Pedro do Bom Jardim, no mesmo municipio de São Leopoldo, o Sr. Jacob Knierim, presidente do directorio liberal, agenciou numerosas liberdades.

A prospera cidade de Santa Maria da Bocca do Monte promoveu de 23 a 28 de Agosto a liberdade dos escravos, trabalhando n'esse sentido o club abolicionista, presidido pelo coronel João Alves Valença, e os cidadãos coronel Tabor da Ribas, conego Marcellino Bittencourt, Dr. Francisco da Silva Tavares, então de passagem n'essa cidade, e Affonso P. da Fontoura, que cooperou para libertar a freguezia de São Pedro, onde foram remidos 120 escravos.

Até 28 de Setembro, ficou quasi de todo livre o municipio de Santa Maria, obtendo-se para mais de 600 cartas de liberdade.

De 28 a 30 de Agosto teve o prestante club *Aurora da Serra*, com sêde na Cruz Alta, mais uma occasião de attestar seus elevados intuitos para o progresso social.

N'aquella data ficou liberta a cidade, bem como grande parte do municipio da Cruz Alta, devendo-se esse resultado ao mencionado club, representado pelo benemerito Evaristo Affonso de Castro e os cidadãos Joaquim P. da Costa, Diniz Dias Filho, João Pereira da Costa, Luiz F. Peixoto

Merece ser citado à parte o nome do tenente-coronel Agostinho Pereira de Almeida, que cooperou activamente para a libertação da Cruz Alta, alforriando seus 49 escravos e dando a caixa libertadora do club *Aurora da Serra* a quantia de 500\$000.

Até 25 de Outubro, o club *Aurora da Serra* tinha conseguido na cidade e município da Cruz Alta 440 cartas de liberdade.

A villa de São João do Monte Negro, que já se libertára por occasião de uma conferencia alli feita pelo Dr. Severino Prestes, viu até 7 de Setembro também livre o seu município.

Da certidão passada pelo collecter das rendas geraes em Montenegro, aos 24 de Setembro, consta que havia n'esse município, antes do movimento, 286 escravos, dos quaes cento e sessenta e tres foram libertados pelo club de que era presidente o capitão, hoje tenente-coronel, Antonio Fernandes Chaves Sobrinho, e cento e um pelo club presidido pelo tenente-coronel Antonio Ignacio de Oliveira. Os vinte e tres escravos restantes foram ulteriormente libertos.

Em data de 7 de Setembro, o commendador Luiz de Freitas Valle, presidente do club abolicionista do Alegrete, communicou ao Presidente da Província que o referido club concedera 425 libertades e declarára aquella cidade livre.

Em data de 29 de Setembro, o mesmo club accusou mais 40 cartas de liberdade.

No dia 4 de Outubro, por occasião da chegada ao Alegrete do Dr. Severino Ribeiro, deputado abolicionista, fez-se entrega de 45 cartas de liberdade.

Em Novembro trabalhou activamente o club na libertação do município, com o proposito de extinguir a escravatura até 2 de Dezembro. Este prazo foi adiado até 31 de Dezembro, ficando então livre o município do Alegrete. O club redimira cerca de 500 captivos.

Na villa da Aldéa dos Anjos de Gravatahy, installando-se em Agosto o club emancipador, foram dadas 67 libertades e, a 7 de Novembro, a Camara Municipal, sob a presidencia do coronel Antonio Rodrigues da Fonseca, fez a entrega de 50 cartas de liberdade, declarando livre a villa. Até fins de Novembro foram libertos em todo o município 485 escravos e até 1 de Abril de 1885 libertaram-se 348.

Em Santo Antonio da Patrulha, desde Agosto pronunciára-se o movimento, para o qual muito concorreu o tenente-coronel João de Souza Brito, por cujo intermedio foram obtidas 60 libertações. Até 28 de Setembro, elevára-se n'essa localidade o numero de alforrias a 164 e, até 23 de Março de 1883, ao numero de 390.

O club abolicionista de São Borja, dirigido pelo Dr. Wenceslau Escobar, proclamou a 7 de Setembro livre essa villa, com 92 libertades.

Em data de 26 de Outubro, subio a 393 o numero das libertações effectuadas no municipio de S. Borja.

Em Novembro continuaram activos os trabalhos pela campanha de São Borja, obtendo-se mais 127 cartas de liberdade.

Na Conceição do Arroio, fundou-se a 1 de Setembro de 1884 um centro abolicionista, obtendo logo 100 cartas de liberdade; formaram sua directoria os cidadãos Luiz Henrique Moura de Azevedo, Joaquim José Ignacio de Mello e Antero Gonçalves de Almeida. A villa ficou livre de escravos a 7 de Setembro. Até fim de Setembro, obteve-se no municipio da Conceição 245 libertades.

Em Janeiro de 1883, contavam-se 507 libertos.

A esforços do Sr. Demetrio Ferreira dos Anjos, foram libertos até 31 de Maio de 1883, na Conceição do Arroio, 113 escravos.

A villa das Dóres de Camaquã, onde fundára-se um centro abolicionista, deixou de possuir escravos desde 7 de Setembro.

Até o dia 28 d'esse mez, tinham-se libertado no mesmo municipio 168 escravos e, a 21 de Janeiro de 1883, informou o Sr. tenente-coronel Antonio Rodrigues de Carvalho, distincto chefe liberal, que achava-se concluida a libertação dos escravos n'aquella localidade, em numero de 264, restando apenas 23 captivos, pertencentes a herdeiros e orphãos.

A 7 de Setembro, em sessão solemne da Camara Municipal de Porto Alegre, estando presente o *Centro Abolicionista*, foi por este recebido o seguinte telegramma:

« Villa das Torres. — Villa livre. Viva a patria! — Manoel Fortunato de Souza. »

O digno coronel Fortunato, presidente de um club abo-

licionista, alcançou até 28 de Setembro, no município das Torres, 104 liberdades, que em data de 8 de Dezembro elevaram-se a 130.

De Santo Angelo foi expedido a 7 de Setembro um telegramma, por via da Cruz Alta, pelo Sr. Joaquim Pinto de Oliveira, communicando achar-se a villa emancipada.

Na *Gazeta Serrana* de 28 de Setembro, lemos o seguinte :

« O Sr. tenente-coronel Joaquim Luiz de Lima Filho, residente em São Bernardo (Santo Angelo), deu liberdade aos 43 escravos que possuia, obrigando-se a pagar um salario aos que continuassem a trabalhar com elle. »

Da cidade de São Gabriel foi expedido em 7 de Setembro um telegramma pelo Dr. Jonathas Abbott, communicando acharem-se livres mais de 300 escravos, e estarem à testa do movimento o Dr. Fernando Abbott e Victor Barreto.

A 8 de Setembro, o Sr. Victor Barreto de Oliveira communicou que as cartas concedidas tinham sido em numero de 350.

A 11 de Setembro, o coronel Clementino Bica communicou achar-se livre a cidade de São Gabriel, excepto os escravos de orphãos.

A 28 de Setembro declarou-se oficialmente livres a cidade e o município de São Gabriel, tendo subido o numero de liberdades a 1100.

A villa de São Luiz Gonzaga e seus arrabaldes não possuíam mais escravos, desde 14 de Setembro, distinguindo-se no movimento libertador o cidadão Franklin Pereira Bastos.

Ainda o mesmo cidadão conseguiu a 24 de Setembro a libertação de São Nicolau, 2º districto do termo de São Luiz, obtendo alli 43 alforrias.

Em Dezembro de 1884, e sempre graças aos esforços do Sr. Franklin Pereira Bastos, ficou totalmente livre o município de São Luiz, sendo de 368 o numero de libertos.

A 15 de Setembro, o coronel Augusto Cesar de Araujo Bastos communicou achar-se livre a cidade de Itaqui. No dia 28, foi festejado esse acontecimento, obtido com 94 cartas de liberdade, sendo 77 devidas à iniciativa da commissão popular, presidida pelo coronel Bastos, e 17 aos esforços do

club *Nihilistas Carnavalescos*, sob a presidência do 1.º tenente Joaquim Pinto Dias.

Até 25 de Outubro, foram libertos no município de Itaqui 214 escravos, restando ainda 532 na comarca, que comprehendia o município de São Francisco de Assis.

A 31 de Dezembro de 1884, o coronel Valle communicou achar-se liberto o município de Itaqui, apresentando elle 116 cartas de liberdade.

A 15 de Setembro de 1884, o club abolicionista, installado no dia antecedente no Rosario, conseguiu a emancipação total d'essa villa com 58 liberdades.

O Sr. Amaro Gomes Souto, que muito se distinguio no movimento libertador do Rosario, como presidente da Camara Municipal e do club abolicionista, continuou a promover a emancipação do respectivo município e, a 23 de Dezembro, communicou estarem libertos 426 individuos, restando apenas 72 escravos. Em Janeiro de 1885 o mesmo distinto cidadão declarou achar-se extinta a escravidão no município do Rosario.

Na villa de Santo Amaro, D. Dorothea Cidade e seu genro Geraldo Pinto Rangel iniciaram o movimento abolicionista, libertando, no mez de Agosto, aquella senhora os seus 7 escravos, e o cidadão nomeado os 8 que possuia.

A 29 de Agosto, o Sr. Antonio Villanova Filho communicou subir a 50 o numero de liberdades, em Santo Amaro.

A 15 de Setembro, um officio assignado pelos Srs. Luiz Fernandes da Silva e Zozimo Feliciano Barreto dizia que a villa de Santo Amaro e seus suburbios podiam considerar-se livres.

A 10 de Janeiro de 1885, a Camara Municipal d'essa localidade declarou existirem libertos, em todo o município, numero superior a 400 individuos.

Uruguayana, a rainha do Uruguay, que já, no primeiro semestre de 1884 mostrara suas tendencias emancipadoras, concorrendo para o resgate de escravos, nomeou a 7 de Setembro uma commissão abolicionista, da qual fizeram parte os Srs. brigadeiro Francisco Rodrigues de Lima, Dr. Eduardo Jayme, Salathiel S. de Paiva, João Rodrigues Vianna, José Carvalho, João Adalberto de Oliveira e Antonio D. Pimentel.

A comissão acima, pertencendo ao grupo *18 de Abril*, promoveu e conseguiu a libertação da cidade para o dia 18 de Setembro, anniversario da rendição dos paraguayos em Uruguayana. Foram entregues 87 cartas, das quaes 49 concedidas pela viuva de Jesuino Pereira.

Até 28 de Setembro existiam libertos no municipio 470 individuos.

Trabalharam activamente no movimento diferentes habitantes do logar, distinguindo-se o mesmo vigario Revm: conego João Pedro Gay, o autor da recomendavel historia da republica do Paraguay.

Todo o municipio de Uruguayana foi oficialmente declarado livre a 31 de Dezembro, tendo subido a 600 o numero dos libertos.

Da Vaccaria, um officio do *Club Abolicionista*, assignado pelos directores Israel Antonio da Paixão, Manoel Baptista Pereira Bueno, João Antonio Jacques e Amandio Borges de Albuquerque, participou, em data de 19 de Setembro de 1884, a emancipação da villa, com 102 alforrias.

O fazendeiro d'essa localidade Antonio Francisco Rodrigues, que já anteriormente concedera outras liberdades, deu cartas a seus ultimos escravos, em numero de 9

D. Rosa Borges Vieira, viuva do coronel José Luiz Teixeira, alforriou 10 escravos.

Novo officio do *Club Abolicionista* da Vaccaria, em data de 9 de Outubro, accusa mais 114 liberdades, conseguidas no municipio.

Em data de 16 de Outubro escreveu ainda d'essa localidade o Sr Miguel Joaquim de Camargo, communicando o recebimento da circular do *Centro Abolicionista* da capital, e que correspondera, dando liberdade a seus 17 escravos.

Mais uma relação de 85 liberdades, obtidas de 10 de Outubro a 1 de Novembro de 1884, foi remittida pelo *Club Abolicionista* da Vaccaria.

Até 30 de Janeiro de 1885, haviam sido libertos n'esse municipio 437 individuos, e restavam apenas 106 escravos

Em São Sepé, inaugurou-se a 25 de Setembro o club abolicionista, concedendo-se 186 cartas de liberdade. A villa ficou livre, com excepção de 5 escravos.

O *Club São Sepé* tinha uma directoria feminina, com-

posta das Exmas. DD. Maria Carmo Saldanha Macedo, presidente, Josephina Mercedes Nunes da Fontoura, vice-presidente, Rita Cassia Corrêa, secretaria.

A villa de Santa Cruz ficou livre de escravos desde o dia 26 de Setembro de 1884.

A 19 de Janeiro de 1885, o Sr. tenente-coronel Joaquim José de Brito communicou, acompanhando de certidão official, achar-se livre o municipio de Santa Cruz, com excepção de um escravo. O numero de libertos attingio a 72.

Em São João Baptista do Quarahy, cuja villa, segundo dissemos acima, fôra a primeira a libertar-se em Agosto de 1884, declarou-se tambem livre o municipio a 28 de Setembro, não tendo porém chegado ao nosso conhecimento o numero total dos libertos, que n'aquella primeira data havia sido de 119.

Igualmente a 28 de Setembro de 1884, emancipou-se a cidade de Sant'Anna do Livramento, e já ascendiam a 350 as liberdades, incluindo as alforrias obtidas no municipio.

O club *Rio Branco*, installado desde 16 de Dezembro de 1883, reunira-se em sessão extraordinaria no dia 7 de Setembro, para promover aquelle resultado.

Diversas associações, a loja maçonica *Caridade Sant'Annense*, a sociedade *Beneficencia Portuguesa*, o *Club Republicano* e o Sr. Francisco Flores de Oliveira fizeram importantes donativos para auxiliar os trabalhos do referido club *Rio Branco*.

O Sr. Barão de Ibirapuitan communicou ao Sr. Presidente da Província, em telegramma datado de 8 de Novembro de 1884, achar-se livre de escravos o municipio de Sant'Anna do Livramento.

Ainda a 28 de Setembro de 1884, tornou-se livre a cidade de Bagé, e tinham-se alcançado 582 cartas de liberdade, incluindo as da campanha.

O benemerito medico Dr. Penna era um dos promotores do movimento, que foi sustentado pelo *Club Abolicionista*, sob a presidencia do conego João G. de Bittencourt.

Desde o dia 26 do mesmo mez tinham-se installado leilões de offertas, em favor da redempção dos captivos, onde diversos particulares deram sommas importantes.

O bazar abolicionista rendeu até o dia 28 a quantia líquida de 8:194\$194.

Entre os benemeritos habitantes de Bagé, deve-se assignar o Sr. Martin Bidart Filho, que restituio á liberdade 14 escravos, e obteve de seu sogro, Melchior Galibern, a quantia de um conto de réis, «para auxiliá-lo nas libertações que conferio. Com esta quantia foram alcançadas mais cinco liberdades.»

A 15 de Outubro foi remettida pelo secretario do *Club Abolicionista* de Bagé, Sr. João Maria Peixoto, a relação das liberdades alcançadas pelo mesmo club, desde o dia 6 de Setembro até 15 de Outubro. O numero das libertações foi de 715, sendo condicionaes 484 e sem onus 231.

No numero da *Reforma* de 27 de Agosto de 1884, lê-se a seguinte noticia :

« Ao collega da *Federação* constam as seguintes conquistas da triumphante idéa :

« Em Pelotas uma commissão de senhoras e de cavalleiros iniciou o movimento (abolicionista) pelas ruas Marquez de Caxias, São Jeronymo e Constituição. »

A 30 de Agosto escreveu o Sr. Antonio Mancio Ribeiro, dono de uma *xarqueada*, declarando que dava liberdade a todos os escravos que possuia, e que outro tanto fazia seu genro Domingos Guilherme da Costa com os seus.

Fundára-se em Pelotas um centro abolicionista, cujo presidente, o Exm. Barão de S. Luiz, telegraphou ao administrador da provincia, em data de 8 de Setembro de 1884, communicando acharem-se já livres diversas ruas e praças da mesma cidade, graças aos esforços das commissões nomeadas pelo referido centro.

Um outro club abolicionista, que já existia, havia muito tempo, em Pelotas, celebrou uma sessão a 7 de Setembro, sob a presidencia do coronel Antonio Antunes da Porciuncula Costa, onde foram concedidas 134 cartas de liberdade, doadas pelos Srs. Visconde da Graça, Francisco Nunes de Souza, Joaquim da Silva Tavares e outros.

O numero dos escravos libertos pelo Sr. Joaquim da Silva Tavares subio a mais de 50.

A 18 de Setembro, o Sr. Barão de São Luiz participou terem as commissões do *Centro Abolicionista* conseguido já

2.500 liberdades. A 28 de Setembro, em sessão solemne do *Centro Abolicionista* de Pelotas, foi declarado livre o município, apparecendo porém protestos contra essa affirmacão.

De Santa Christina do Pinhal, escreveu o Sr. major Francisco de Oliveira Neves, em data de 25 d' Agosto de 1884, declarando que nos dias 23 e 24 alcançara de varios cidadãos a liberdade de todos os seus escravos, cuja relação enviou, constando da mesma 39 liberdades.

A 2 de Setembro, nova carta do mesmo cidadão, enviando outra relação de liberdades, que foram devidas a seus esforços, e sommando 85. Annunciava tambem 12 liberdades, concedidas espontaneamente pelo coronel Francisco Alves dos Santos.

A 28 de Setembro, foi declarado livre o município de Santa Christina, tendo subido o numero de alforrias a 218.

Em Passo Fundo, desde o dia 23 de Agosto de 1884, realisára-se uma assembléa popular, para promover a libertação da villa e do município, sendo nomeadas commissões para esse fim.

A 28 de Setembro, celebrou-se uma festa para commemorar a obtenção de 300 cartas de liberdade. O presidente da Camara Municipal, major A. F. Prestes Guimarães, declarou acharem-se livres a villa de Passo Fundo, a freguezia de N. S. da Luz de Nonohay, bem como parte do município.

A freguezia de Nonohay contava 53 escravos, dos quaes 49 ficaram libertos a 7 de Setembro, graças aos esforços do Revm. padre Thomaz de Souza Ramos e dos cavalheiros João Custodio de Campos Mineiro e major Rocha Loire.

O cidadão major Prestes Guimarães, a quem o movimento abolicionista muito deveu no Passo Fundo, communicou em data de 2 de Dezembro achar-se livre a comarca, com excepção de escravos de orphãos, interdictos e auzentes. Tinha subido a 546 o numero de liberdades.

No dia 7 de Setembro de 1884 effectuára-se uma reunião na Camara Municipal da Soledade, onde foram distribuidas 14 cartas de liberdade.

A 28 de Setembro fundou-se o *Club Abolicionista Soledadense*, sendo n'essa occasião concedidas 71 liberdades e declarada emancipada a villa.

Eram directores do club os Srs. Melchisedech Mathusalem Cardoso, presidente, Antonio Rodrigues Baptista, secretario, Bento Basilio da Rocha, thesoureiro.

Em fins de Janeiro de 1885, existiam 317 libertos, na Soledade

Em Taquary fundou-se a 7 de Setembro de 1884, sob a presidencia de Franklin dos Santos Praia, uma sociedade emancipadora, que apresentou no acto 200 cartas de liberdade.

Trabalharam no movimento abolicionista os Srs. Franklin Praia, major Vianna, A. J. Siqueira Junior, José Porfirio, Henrique Victor Meiresse.

Lemos a acta da sessão solemne da sociedade emancipadora taquariense, em que foi proclamada a villa livre, bem como já terem-se passado 380 cartas de liberdade.

Na Palmeira, installou-se no dia 28 de Setembro de 1884, a esforços do major José Rodrigues de Lima, um club abolicionista, denominado *Rio Branco*, que distribuiu na occasião 131 cartas de liberdade, declarando-se livre a villa.

O Sr. tenente-coronel João Demetrio Machado communicou que, a 27 de Setembro, diversos cavalheiros reunidos para um casamento na fazenda de São Jacob (Palmeira) deram liberdade a 31 escravos.

Uma carta do major José Rodrigues de Lima, datada de 25 de Dezembro, declarava subirem a 276 as libertações havidas na Palmeira.

A 7 de Setembro de 1884, haviam sido concedidas na villa da Estrella 26 libertades.

Em data de 10 de Março de 1885, escreveu o Sr. Antonio Geraldo Pereira, declarando só existirem 22 escravos no municipio da Estrella. Subiam a 60 as libertações.

Segundo certidão passada pela collectoria das rendas geraes de Monte Negro, consta que o club d'essa localidade, presidido pelo capitão Fernandes Chaves, conseguiu no Triumpho 16 libertações, e o da mesma localidade, presidido pelo tenente-coronel Antonio Ignacio, conseguiu 3 : outrosim, que 40 era o numero de escravos, cujas participações de liberdade foram enviadas pelos respectivos possuidores, no Triumpho, até 24 de Setembro.

O Sr. Eduardo Daisson, residente em São Jeronymo, concedeu, em Agosto de 1884, liberdade a 23 escravos.

O Rvm. vigario Luiz Pinto de Azevedo, que muito se distinguira entre os abolicionistas de São Jeronymo, remetteu em data de 30 de Setembro uma relação de 266 liberdades averbadas na respectiva collectoria.

Até 29 de Março de 1885, o numero de libertos subio, em São Jeronymo, a 490.

Préstou lá bons serviços n'essa causa o Sr. tenente-coronel Antonio Joaquim da Costa Corrêa Junior

Em Agosto de 1884, tinham libertado seus escravos, no Rio Pardo, o coronel Ananias de Siqueira Leitão e D. Clarinda Pereira de Macedo Leitão.

Até 8 de Setembro, o numero de libertos no municipio do Rio Pardo ascendia o mais de 300.

Até 7 de Outubro, esse numero elevou-se a 543 e, até 18 de Dezembro, a 615.

Na Cachoeira, tinha-se conseguido, até Outubro de 1884, 441 liberdades. A firma social Viuva Claussen & C. libertou 58 escravos, com condição de serviços por algum tempo, porém retribuidos com salario.

Até 15 de Março de 1885, o numero de libertos, no municipio da Cachoeira, chegou a 619.

Em Novembro de 1884, existiam libertos, em São Francisco de Paula de Cima da Serra, 75 individuos.

De São Martinho officiou o Sr. Francisco de Abreu Valle Machado, em data de 21 de Setembro de 1884, communicando que a freguezia de Villa Rica, séde do 3º districto do municipio de S. Martinho, não tinha mais escravos. Dentro d'essa freguezia e suas immediações tinham sido libertos 50 individuos.

Em data de 6 de Outubro do mesmo anno, a *Gazeta do Norte*, folha de Santa Maria, publicou uma carta de S. Martinho, assignada por João Manoel de Oliveira Mello, apresentando uma relação de 157 liberdades.

Em data de 15 de Dezembro tambem de 1884, o Sr. Melchior Goulart de Pontes enviou uma relação fornecida pela collectoria, d'onde constava que o numero dos libertos no municipio de S. Martinho subira a 277.

Uma carta escripta da Encruzilhada pelo Dr. Francisco

Antonio Vieira Caldas, em data de 17 de Setembro de 1884, e onde declarava desistir dos serviços de dous ingenuos, annunciava o projecto de formar n'aquella localidade uma associação abolicionista. Na noite de 7 de Setembro, na casa da Camara, haviam alforriado seus escravos os Srs. : coronel João Peixoto da Fontoura, tenente-coronel Juvencio Peixoto da Fontoura, Francisco Rodrigues de Carvalho e major Joaquim Machado.

A 2 de Outubro, reunida a commissão abolicionista da Encruzilhada, composta dos Srs. coronel João Peixoto, tenente-coronel Juvencio, tenente-coronel Mauricio Julio da Costa e Dr. Vieira Caldas, obtiveram-se 74 libertades.

A 14 de Janeiro de 1885, o tenente-coronel Juvencio Peixoto da Fontoura participou que nos mezes de Novembro e Dezembro haviam sido libertados 191 escravos.

A 5 de Março, outra carta do mesmo dedicado cidadão informava que nos mezes de Janeiro e Fevereiro, se haviam distribuido mais 81 cartas de liberdade na Encruzilhada.

Um telegramma, procedente de Caçapava, e expedido em data de 8 de Setembro de 1884, dizia : « Honra ao dia 7 de Setembro. Eu, minha familia, os cidadãos Chaves e Pinto, concedemos 40 cartas de liberdade. Prometto fazer mais — Pelo coronel Manoel Dias, Clemente Pinto. »

Com a mesma data, officaram os Srs. coronel Manoel Dias Ferreira, João Dias dos Santos Rosa, Joaquim Vicente Machado, communicando a libertação de 45 escravos no dia 7 de Setembro e a fundação de um club abolicionista, representado pelos signatarios.

Em 28 de Setembro, foi grande a victoria abolicionista em Caçapava.

Um club feminino, tendo por presidente a Exma. Sra. Bernardina Lobato Pessoa e por secretaria a Exma. Sra. Abrelina Walmarath, conseguiu 84 cartas de liberdade.

Até essa data, participou o coronel Manoel Dias terem-se concedido 321 cartas de liberdade.

A 8 de Outubro, esse numero subio a 390.

Um telegramma, expedido de Caçapava a 16 de Outubro e assignado por João Dias, dizia que a 12 de Outubro haviam-se distribuido, em sua fazenda, 63 cartas de liberdade.

O Sr. Benjamin Constant Pereira escreveu da mesma

localidade, a 15 de Outubro, participando ter libertado 48 escravos.

A 27 de Dezembro de 1884, o Sr. coronel Manoel Dias Ferreira, chefe do movimento, accusava a existencia de 608 libertos, em Caçapava.

Em sessão da sociedade emancipadora, foram, na noite de 28 de Setembro de 1884 distribuidas, na cidade de Jaguarão, 177 cartas de liberdade.

A 17 de Dezembro do mesmo anno, graças aos esforços patrióticos da mesma associação, havia subido a mais de 500 o numero dos libertos, no municipio de Jaguarão.

Em Agosto de 1884, iniciou-se o movimento libertador na cidade do Rio Grande.

De 4 a 11 de Setembro mais de 400 baixas de escravos realisaram-se na alfandega.

O commendador Antonio José de Azevedo Machado, por occasião de seu anniversario natalicio, no dia 8, concedeu liberdade a 41 escravos.

O Dr. Pio Angelo da Silva, benemerito cidadão e philantropico medico, muito contribuiu para o movimento abolicionista na comarca do Rio Grande, que comprehende tambem o municipio de S. José do Norte.

Até fins de Fevereiro de 1885, o numero das libertações em toda a comarca do Rio Grande foi de 599.

Na Lagóa Vermelha, installou-se o club abolicionista a 7 de Setembro de 1884, sendo sua directoria composta dos cidadãos major Ovidio Guilherme Moojen, presidente, padre Francisco da Silva Carrão, capitão Fortunato Xavier de Castro, Alfredo Guedes Falcão. Solemnizou-se o acto com a distribuição de 50 cartas de liberdade.

A 24 de Setembro, a directoria do club communicou ter obtido mais 50 libertades, distinguindo se entre os mais generosos proprietarios de escravos o Sr. José Bueno de Oliveira, que alforriou 16 captivos, tendo já anteriormente libertado 4.

A 12 de Outubro, o patriotico club da Lagóa Vermelha annunciou mais 52 libertações.

Até 2 de Dezembro de 1884, o numero das libertades subio a 187, na Lagóa Vermelha.



Em São João de Camaquam, existiam, na data de 28 de Setembro de 1884, 82 libertos.

Esse numero elevou-se, em 9 de Outubro, a 140.

Um officio da Camara Municipal communicára, em data de 14 de Janeiro de 1885, existirem 216 libertos, em São João de Camaquam.

Prestou bons serviços, n'essa localidade, o Sr. major João da Silva e Azevedo.

Em Lavras, tornaram-se dignos de especiaes louvores o Exm. Sr. Barão do Serro Formoso e sua familia, alforriando, a 28 de Setembro de 1884, grande numero de seus escravos.

O Sr. major Izidoro Belmonte Orsua de Montojos forneceu os seguintes apontamentos ao *Centro Abolicionista* :

Escravos libertados condicionalmente pelo Sr. Couto, genro do Barão do Serro Formoso.....	10
Libertos pelo mesmo Barão e seus filhos, sem onus	44
Idem, sem onus, pelo Barão.....	9

63

A sociedade *Redempção dos Captivos*, fundada em Lavras, conseguiu, no dia 28 de Setembro de 1884, 382 libertades.

Até 8 de Outubro, esse numero subiu a 420.

A 2 de Dezembro de 1884, ficou livre o municipio de Lavras, tendo-se obtido 362 libertações.

Em Dom Pedrito, installou se o *Club Libertador 28 de Setembro*, obtendo-se 260 manumissões.

Em officio d'esse club, na data de 4 de Janeiro de 1885, o respectivo presidente e denodado abolicionista, Exm. Barão de Upacarahy, informára que «de mil oitocentos e tantos escravos, que existiam no municipio, restam apenas quinhentos, mais ou menos.»

Até Março do mesmo anno, o numero das libertades em D. Pedrito excedia a 1.400.

Em Cangussú, o club abolicionista, de que era presidente o Sr. Bernardino Pinto Pereira, libertou, em 28 de Setembro de 1884, 120 escravos.

A 19 de Outubro de 1884, installou-se no Herval um club abolicionista, concedendo 116 libertades.

De Piratiny, uma noticia communicada ao *Correio Mercantil* de Pelotas, em data de 10 de Outubro de 1884, dizia subir a 240 o numero dos libertos n'aquella localidade.

Em data de 15 de Outubro de 1884, o Sr. tenente-coronel Antonio Pinheiro da Rocha communicou achar-se livre a villa de São Francisco de Assis, onde obtiveram-se 36 liberdades.

Em Novembro, o mesmo chefe abolicionista conseguiu, no municipio de S. Francisco de Assis, mais 51 cartas de alforria.

A 7 de Janeiro de 85, declarou não existirem n'esse lugar mais de 20 escravos.

A estatistica d'esse municipio deve ser reunida á de Itaquy, onde, até 30 de Junho de 1884, a população escrava era de 755 individuos.

Em Outubro de 1884, tinha ficado liberta a pequena villa de São Vicente, pelos esforços da sociedade emancipadora, obtendo-se mais de 80 cartas de liberdade.

No Arroio Grande, finalmente, a sociedade emancipadora, installada a 28 de Setembro de 1884, havia conseguido, até Dezembro do mesmo anno, o numero de 439 libertações.

Tal foi em traços resumidos o movimento abolicionista de 1884 a 1885, n'esta provincia.

Os dados estatísticos, aqui consignados, são os que tiramos do registro do *Centro Abolicionista*, segundo as communicações feitas; mas estas foram incompletas e os resultados, que apresentam, ficam muito aquém da verdade. No capitulo seguinte, se verá a conta exacta, segundo a estatistica official.

Nomeamos os que concorreram immediatamente para o movimento abolicionista.

Não é licito, porém, olvidar os serviços, embora indirectos, prestados então pelo presidente do Rio Grande do Sul, conselheiro José Julio de Albuquerque Barros. As sympathias que mostrou aos abolicionistas, o acolhimento que lhes fazia, a parte que tomava nas suas manifestações e festas, tornaram bemquista a memoria do digno e illustrado administrador entre os rio-grandenses.

Diversos particulares deram provas de uma extrema generosidade.

O Dr. Antero Ferreira d'Avila, desde os primeiros dias de Agosto de 1884, compromettera-se a resgatar com dinheiro de seu bolso 100 escravos, que effectivamente alforriou.

O Sr. Guilherme Ter Bruggen, o consul portuguez, o consul italiano, em nome dos seus compatriotas, a directoria do Prado Rio-Grandense, as Exmas. DD. Honorina de Castilhos, Alice Fontoura e uma irmã do Sr. Damasceno Vieira, concorreram com valiosos donativos em dinheiro para auxiliar os trabalhos do *Centro Abolicionista*.

Esses actos de generosidade particular é que habilitaram muito opportunamente o *Centro Abolicionista* a corresponder-se, por multiplicados telegrammas, com as localidades da campanha e incitá-las assim no incomparavel movimento.

A propaganda, realisada por meio dessas quantias, contribuiu para a liberdade de dezenas de milhares de escravos, cujo resgate pecuniario propriamente houvera exigido sommas impossiveis.

Entretanto, fechando os ouvidos e alheando a razão ao que se lhes expõe sobre as difficuldades, com que se deparava n'um meio, onde pela primeira vez fallava-se em abolicionismo propriamente dito, os detractores do movimento de 1884 profligam a conducta de seus chefes, porque uma parte das liberdades foi então oblida a titulo condicional, sob prestação de serviços por poucos annos mais.

Em principio, cremos que só um espirito obstinado poderá contestar, que não seja já uma immensa vantagem limitar o prazo da locação de serviços, no lugar do captiveiro perpetuo.

Outrosim, a liberdade mesmo condicional marcava evidentemente um triumpho abolicionista: porquanto o ex-senhor consentia motu-proprio em fazer contracto com um individuo, que elle considerava anteriormente como uma cousa, que lhe era sujeita, qual uma propriedade.

Foi tambem inconteste a consequencia moral d'esse movimento. Grande numero dos mesmos ex-senhores, que haviam imposto condições à liberdade de seus captivos, não tardaram em desistir espontaneamente dos serviços d'estes, ou fecharam os olhos sobre a falta de cumprimento dos contractos pelos libertos.

Constituíram uma pequena minoria os senhores, que se mostraram ferozes e encarniçados em fazer valer os serviços dos contractados ; por isso, elles mesmos despertaram mais pela sua caridade a indignação publica. Mas, um espirito esclarecido não poderia deixar de reflectir em que era precisamente o glorioso acontecimento de 1884, que propagára o abolicionismo na provincia, que fazia agora todos os corações generosos condoerem-se com a sorte dos que ainda eram retidos na servidão, e que, embora por prazo limitado ; n'esse sentido até a conducta dos seus detractores, comtanto que sejam sinceros, não pode deixar de lisongear o *Centro Abolicionista* de Porto Alegre, que assume a responsabilidade do sobredito movimento.

A verdade, porém, é que o successo social de 1884 foi o mais honroso possível para o povo rio-grandense. Além do avultado numero de liberdades, que foram concedidas sem onus, e de outras muitas estipulando um pequeno prazo de prestação de serviços, o procedimento d'esta provincia foi causa tambem da acceleração do movimento do abolicionismo em todo o imperio. Data com effeito da libertação do Rio Grande a phase decisiva em que entrou a aspiração nacional da liberdade dos captivos.

Soubemos desde logo por quem podia estar bem informado, que o governo não gostára do pronunciamento da provincia e que o imperador, que na verdade nunca se manifestou abolicionista, tinha observado que o Rio Grande ia muito depressa, ou a *galope*.

A vontade do povo não se anolda aos estreitos limites dos planos politicos e dos interesses dynasticos.

Não tivemos a approvação, nem as *graças* do Alto, mas o procedimento do Rio Grande recebeu uma consagração muito mais honrosa, por parte da nação.

Apezar de todas as reacções governistas, as provincias do Norte apressaram-se a assumir a mesma iniciativa, que tanto ennobrece o povo rio-grandense.

Grande numero de particulares, nas provincias do Rio e principalmente de São Paulo, resolveram marcar prazo certo para liberdade de seus escravos. Foi depois d'aquelle successo social produzir-se n'uma terra, cujas tradições de liberdade todos estão acostumados a respeitar, que a opinião

nacional se firmou em favor da abolição da escravidão. Joaquim Nabuco, tribuno abolicionista sem duvida mais importante e, sobretudo, mais brilhante que outros, cuja reputação ficou manchada pela corrupção de cima; Joaquim Nabuco, o impavido cavalheiro da liberdade, foi tambem depois do movimento do Rio Grande ter repercutido no Norte, que encontrou apoio no povo da sua provincia e no de todo o paiz.

A primeira agitação abolicionista no Brazil fóra promovida pelo Ceará, mas quantos ministerios não tiveram, depois d'isso, de succumbir perante a opposição escravocrata do Parlamento ! ?

A partir da libertação do Rio Grande, os papeis se mudaram : foram os governos que por não se consubstanciarem mais com o espirito do tempo, viram-se assoberbados, não pela camara, que mostrou-se sempre retrograda, mas pela opinião nacional, manifestando-se na praça, na tribuna e na imprensa.

O espirito do tempo, diz Bluntschli, exhibe-se no caracter e nas tendencias de uma época, espalha-se em largas ondas, como o mar, tem tambem correntezas, que se dirigem irresistivelmente a todos os pontos cardeaes.

As auras, levantadas das campinas do sul pelo espirito da liberdade, agitaram mais as ondas abolicionistas e accelearam suas correntezas para todos os pontos do continente brasileiro, que oxalá seja breve assoberbado de igual modo pela reforma politica !

II

Nada de mais doloroso para o animo de homens nobres e generosos, que ver seus esforços em prol do progresso e da liberdade contrariados inopinadamente.

Quem, n'esta provincia, imaginaria no decurso do brilhante movimento libertador de 1884, que poucos mezes depois as aspirações de regeneração social, que semelhante successo parecia prometter, se transformariam em inaudita oppressão politica ! ?

Quem depois da victoria da primeira das liberdades sociaes, alcançada n'esta terra pela iniciativa exclusiva de seu magnanimo povo, supporia que fosse mandado, para presidir a reacção conservadora, o mais inepto e feroz dos delegados de um governo irresponsavel ?

Entretanto os rio-grandenses mostraram uma longanimidade, que não comprehendemos, em respeitar instituições, que formam um perfeito contraste com o espirito do tempo.

O silencio dos povos, já o disse um celebre orador, é uma lição para os reis. Os gravames, a espoliação, a indignação pelos attentados inauditos, que não fazem bramir e levantar-se acto continuo o povo, incumbam-se e, portanto,

avolumam-se no seu seio, até o ponto de uma explosão fatal, que cava o abysmo para as tyrannias.

Na nossa opinião, os acontecimentos, que vamos ser obrigados a citar e que repetiram-se quasi identicamente em todo o imperio, prepararam a ruina do nosso actual regimen politico; se verá á luz de uma perfeita imparcialidade um esboço de horrores politicos, de que a provincia do Rio Grande foi o theatro e que não poderão jamais ser esquecidos pelo seu heroico povo.

Reatemos o fio dos acontecimentos.

Podemos precisar o resultado do movimento abolicionista, no 2º semestre de 1884 e 1º semestre de 1885.

Uma estatistica official, publicada em Março de 1884, sob a administração do conselheiro José Julio de Albuquerque Barros, dava a existencia de 62,000 escravos, n'esta provincia.

Igual estatistica, publicada em Agosto de 1886, sob a administração do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, apresentava aquelle numero reduzido a 27,000.

Existia, pois, segundo os dados officiaes, uma differença de 35.000 escravos, que foram effectivamente libertados.

Mas, sabia-se em relação a localidades importantes, como esta capital, por exemplo, que muitos dos ex-senhores não haviam tido o cuidado de dar baixa na matricula de seus escravos, que assim continuaram a figurar nas relações officiaes. De modo que se está autorisado a affirmar, que attingio realmente a perto de 40.000 o numero de libertações, effectuadas no periodo indicado.

Por outro lado, o numero de 27.000 escravos restantes, consignado na estatistica official de 1886, não exprimia tambem a realidade; porquanto, verificou-se em relação a muitas cidades, e podemos affirmar-o de Porto Alegre, que continuaram inscriptos nos livros das repartições fiscaes os nomes de senhores e escravos, que uns e outros já tinham fallecido, ou não residiam mais no logar. Não ficaram existindo senão perto de dez mil escravos, na provincia, como provou-o a nova matricula, encerrada em 1887.

Em summa, pôde-se avaliar em rigor em 50.000 os escravos do Rio Grande, no começo do 2º semestre de 1884; d'elles foram libertados, n'esse semestre e no primeiro do an-

no seguinte, de 35 a 40,000 individuos, conforme os dados officiaes, a que nos referimos.

As manumissões, atteladas pela estatística de 1886, tiveram em sua quasi totalidade logar de Agosto de 1884 a Julho de 1885, como indicamos no capitulo precedente ; porquanto, depois d'essa época, duas causas essencialmente importantes produziram obstaculos ao movimento abolicionista. Foram ellas a mudança da situação politica, que desviou então grande parte dos espiritos, inclusive os principaes chefes do abolicionismo, para as lutas eleitoraes e, d'ou'ro lado, a existencia de algumas disposições favoraveis aos senhores de escravos, contidas na lei Saraiva.

Entretanto, não hesitamos em dizer que a primeira causa foi mais influente ; as paixões politicas exacerbaram-se mais n'esta provincia, porque a reacção conservadora tomou uma attitude insolita, executando demissões em massa de empregados publicos, seus adversarios, não respeitando nenhuma garantias dos simples cidadãos, as proprias autoridades saqueando, perseguindo e matando, o serviço da policia feito illegalmente pela tropa de linha, que portava-se de um modo brutal, depois reintegrada a policia em suas attribuições, conduzindo-se ainda peor, executando praticas inquisitoriaes nos infelizes presos !

Os direitos politicos menosprezados, as eleições perturbadas pela força, diplomas legitimos de deputados, como o do conselheiro Camargo, rotos por juizes subservientes que recebiam ordens de palacio, patriotas da altura do coronel Salgado combatidos nas eleições, não pelo prestigio de qualquer outro cidadão, mas pela fraude e as bayonetas, postas ao serviço de um indigno competidor, a quem o povo até empresta a reputação de um Rocamboles : — tal foi o quadro de attentados sociaes e usurpações politicas, que presenciámos n'esta provincia, após o advento da situação conservadora.

Nunca encontramos prova mais palpante dos males que oppõe á felicidade d'este povo, e sem duvida também á dos habitantes das outras partes do imperio, o regimen centralizador, que colloca na administração de uma provincia um energumeno politico, que só a pôde governar com o odio no coração e a perseguição no pensamento !

Comprehende-se assim porque tanto têm insistido ulti-

mamente os nossos estadistas de idéas mais liberaes, no sentido de promoverem a descentralisação administrativa. Essa reforma é capital, e podemos assegurar que o Rio Grande não ha de recuar na sua conquista!

Acima de quaesquer considerações politicas ou dynasticas, o povo precisa ver collocada a justiça e, tanto como os individuos, elle deve zelar pela sua dignidade, não se deixando governar por quem deseja apenas seu aviltamento.

Não precisamos dizer como sob o peso da indignação, provocada por taes actos de verdadeira tyrannia politica, após a subida dos conservadores, os animos não encontraram, n'esta terra, mais prazer em se voltarem para a causa social, que entretanto entendemos que deveria occupal-os, antes que o interesse por questões politicas, que não têm valor real n'um paiz, que não goza de um governo livre.

Sabe-se tambem como o ministerio de 20 de Agosto de 1883 representou a resistencia a todas as aspirações nacionaes.

Entre outras medidas reaccionarias, achou meios de tornar mais duras as disposições da lei Saraiva, prorogando até Março de 1887 a nova matricula de escravos, ordenada por essa lei, de modo que o prazo de 13 annos, no maximo, que ella indicava implicitamente para a extincção da escravatura, foi augmentado a 15 annos!

Foi dolorosa a anciedade dos abolicionistas no Rio Grande, esperando por prazo tão demorado o resultado da nova matricula.

Os jornaes adiantados e patriotas, o *Jornal do Commercio*, a *Reforma*, o *Mercantil* e a *Federação*, não haviam cessado de appellar para a generosidade do povo rio-grandense, para que não se inscrevesse senão o menor numero de escravos nos livros da matricula.

Consignavam, por outro lado, em suaz columnas as manumissões effectuadas em diferentes localidades da provincia, provando esses exemplos de patriotismo e humanidade, ainda que isolados, que se achavam apenas amortecidos, mas não extinctos, os nobres sentimentos, que o povo rio-grandense manifestára em 1884.

Com effeito, venceram em parte as virtudes caracteristicas dos habitantes d'esta terra, porquanto na nova matri-

cula inscreveram-se somente pouco mais de 8.000 escravos em toda a provincia.

Esse resultado relativamente lisongeiro deu-se, apesar da má vontade da administração conservadora, no Rio Grande do Sul.

Antes do encerramento da matricula, o ministerio da agricultura ordenára por circulars, que fossem distribuidas as quotas do fundo de emancipação, decretadas para o Rio Grande e cuja applicação ficara suspensa, em vista do movimento abolicionista de 1884 a 1885.

O presidente Lucena, magistrado prepotente e retrogrado, não ligou a minima importancia à causa dos escravos; seu successor, o marechal Diodoro, como vice-presidente, não fez tam pouco cumprir, quanto ao fundo de emancipação, as ordens reiteradas, que elle — mesmo disse em seu relatório terem sido expedidas pelo governo. Limitou-se n'aquelle sentido a uma correspondencia com as repartições ficas, que allegaram, para não distribuir as quotas, a ausencia de estatisticas exactas!

Como o seguinte vice-presidente, Dr. Fausto de Freitas e Castro, se dirigisse ao *Centro Abolicionista*, para ajuntar o dinheiro da herança de 1884 ao fundo de emancipação, que pretendia fazer distribuir finalmente, tivemos occasião de refutar as allegações do fisco.

« A directoria do *Centro Abolicionista*, diziamos em officio de 3 de Fevereiro do 1887, congratula-se com a administração, por ter afinal deliberado resgatar os captivos, com as quantias decretadas por lei, *não obstante não existir uma estatistica perfeita da população escrava* remanescente na provincia. Não se podendo remir de uma só vez, com as sommas concedidas, todos os escravos, é de importancia minima que a applicação das quotas seja feita, para cada localidade, proporcionalmente ao numero presumivel, e não rigorosamente exacto, dos captivos existentes. Em todo caso, não é justo que deixe de aproveitar o beneficio a quem é feito; não devem de modo algum as liberdades dos escravos, mediante indemnisação pecuniaria paga pelo povo, serem retardadas por causa da inobservancia de formalidades evidentemente secundarias. »

Encerrando-se no mez immediato a nova matricula, não

teve jamais applicação o fundo da emancipação. Entretanto, quantas centenas de infelizes naturas não teriam podido ver, por esse modo, abreviada a sua captividade!!

O resultado da matricula fechada a 31 de Março de 1887 deu, porém, novo alento aos abolicionistas da provincia.

Na capital, foram apenas matriculados 58 escravos, quasi todos entrados de fóra, depois do movimento de 1884 a 1885. Apenas dous ou tres senhores, residindo em Porto Alegre, deshonraram sua palavra, faltando á promessa, feita em Agosto de 1884, de libertar seus escravos.

Reconheceu-se, além d'isso, que não só n'esta cidade, como em muitas outras localidades, achavam-se inscriptos escravos com filiação desconhecida. Pelo concurso da imprensa, e lembramos-nos de que o *Jornal do Commercio* publicou nossos protestos n'esse sentido, e tambem pela propria iniciativa de meritissimos juizes de direito, como o da Conceição do Arroio, foram declarados livres varios escravos em taes condições; sendo porém de notar, que o juiz da capital fez ouvidos tapados á voz publica.

Comtudo, alguns senhores mostraram-se dignos do nome rio-grandense, libertando espontaneamente seus escravos, mesmo depois de haver commettido o acto de *lesa-humanidade*, fazendo-os inscrever na infame matricula.

Abrindo-se o parlamento nacional, todos applaudiram as tentativas feitas por deputados e senadores liberaes, apresentando e esforçando-se para serem discutidos projectos abolicionistas, que com empenho não menor o ministerio de 20 de Agosto fazia arrolhar.

Mas, os vencidos triumpharam de facto com a opinião nacional.

A agitação tornou-se permanente, no sentido abolicionista. Na capital do imperio e na provincia de São Paulo, todos os corações patriotas inclinaram-se em favor da causa humanitaria. Breve, n'aquella provincia, os proprios escravos ouviram, quando curvados sobre a terra, que fertilisavam com seu suor e seu sangue, em proveito exclusivo de um senhor, ouviram soar as vozes de liberdade e justiça, que perpassaram pela atmospheria social.

Largaram immediatamente um trabalho indigno, que

os igualava a alimaria, e refugiando-se nas matlas, onde poderiam ser acossados como feras, resignavam-se á morte por amor da liberdade.

No primeiro momento, ainda dispóz o governo de força regular para a caçada dos escravos, mas não tardou o exercito brasileiro em revelar sua nobreza, protestando publicamente contra o serviço de *capitão do matto*, a que queriam obrigar-o.

E' evidente que esse brado de indignação da nobre classe militar, contra as praticas da negra instituição, concorreu efficazmente para o desfecho que teve, pouco tempo depois, o problema do elemento servil.

Desamparada da força, a autoridade não poderia continuar a resistir á pressão da opinião nacional.

Um grande auxilio veio entretanto a ser prestado á causa da abolição dos restos da escravatura no Rio Grande, pelo digno clero da provincia.

Tendo de celebrar-se a 31 de Dezembro de 1887 o jubileu sacerdotal do Papa Leão XIII, o bispo d'esta diocese D. Sebastião Dias Larangeira dirigio uma carta-pastoral a seus fieis, na qual incitava-os a solemnisar aquelle acto com a liberdade dos escravos.

Por sua iniciativa tambem, reuniram-se no Palacio Episcopal, no dia 23 de Setembro, varios cidadãos dos mais qualificados e os principaes abolicionistas, bem assim as redacções dos jornaes, para o fim de promover os meios de libertar-se a provincia, até a indicada época do jubileu.

N'uma allocução, que leu, S. Exa. o Sr. Bispo disse e, portanto, podemos tomar as seguintes palavras pela opinião da igreja :

« O Rio Grande do Sul já deu um grande passo no sentido da redempção dos captivos, porquanto, quebrando nos ultimos tempos as cadêas que prendiam no captiveiro a milhares de seres infelizes, conseguiu que algumas povoações e municipios de seu vasto territorio não tenham actualmente escravos ; mas é preciso não parar em tão patriótica empreza, e que todos trabalheemos com empenho pela extirpação d'este *mal da escravatura* no solo nacional.

« Não é possivel admittir-se, porque *contra isso protestam as leis naturaes e divinas*, que continue no Brazil o

estado aviltante da escravidão, em que um homem é propriedade de outro homem. »

Antes de proseguir na narração, julgamos necessario traçar algumas linhas sobre esse procedimento do clero, que repetio-se igualmente em outras provincias e que soffreu diversos commentarios.

Nós mesmos escrevemos, pouco depois d'esses factos, alguns artigos de jornal, a proposito de um livro notavel, publicado em 1887 na Bahia pelo Dr. Luiz Anselmo da Fonseca, que deu-lhe o titulo : — A escravidão, o clero e o abolicionismo.

Respondemos então, pelo *Jornal do Commercio* d'esta cidade, á honra que nos fizera o illustrado autor de provocar, por uma carta, a nossa apreciação sobre sua obra.

A's censuras, que o Dr. Anselmo irrogava ao clero brasileiro por sua conducta anterior, senão reprovavel, pelo menos equivooca, relativamente á causa dos escravos no Brazil, fizemos a observação que a igreja n'este paiz, como em todos onde vigora o regimen constitucional, não goza de nenhum poder, nem para fazer o mal, nem sequer para o bem. Vive em face do poder politico na completa subalternação, a que reduzio-a nos tempos modernos a victoria da realza sobre as instituições medievaes.

A igreja é uma repartição do estado e, por conseguinte, seus membros são funcionarios publicos, que inspiram-se directamente na opinião e nos sentimentos do governo imperial.

O Sr. D. Sebastião Dias Larangeira disse, na sua allocução de 23 de Setembro de 1887 :

« Si a voz do vosso pastor ha mais tempo não se fez ouvir acerca d'este momentoso assumpto, hoje não ha razão para elle conservar-se calado, nem deixar de intervir com a sua autoridade, quando vê que a medida altamente moral e politica, da redempção dos captivos, pôde ser levada a effeito sem implicar a ordem e tranquillidade publicas, nem comprometter os multiplos interesses da nossa sociedade. »

E' realmente de deplorar que os sacerdotes de um Deus de misericórdia e amor houvessem hesitado em empenhar-se na redempção dos captivos, por consideração a interesses

economicos, e dos menos confessaveis, que aliás não pertenciam senão a um diminuto numero de individuos.

Tornou-se portanto digno de louvores, não querendo nós indagar de seus intentos, a resolução definitiva do clero rio-grandense, de concorrer para a liberdade dos captivos.

Individualmente, alguns sacerdotes haviam tomado parte no movimento abolicionista d'esta provincia, como o vigario de Pelotas, Dr. Canabarro, o de São Jeronymo, Luiz Pinto de Azevedo, o da Uruguayana, João Pedro Gay, e outros, cujos nomes parece-nos ter citado na narração do capitulo antecedente.

Voltando á sessão de 23 de Setembro, convocada pelo Bispo d'esta Diocese, garantio ahi a adhesão do *Centro Abolicionista* o seu benemerito presidente, coronel Salgado.

Divergindo apenas aos meios, para realisal-a, applaudiram e protestaram acompanhar a grandiosa aspiração da liberdade dos ultimos captivos, no Rio Grande, os Srs. conselheiro Antonio Eleutherio de Camargo, Dr. Domingos dos Santos, Dr. Demetrio Ribeiro, Dr. Ernesto Alves e Torres Homem.

Os tres ultimos, filiados á escola republicana, propuzeram a abolição immediata e incondicional.

Foi definitivamente adoptada a seguinte moção do Dr. Demetrio :

« Proponho a adhesão á pastoral do digno pastor d'esta diocese em que convida-nos a cooperar pela abolição pacifica da escravatura, de modo a ser consagrada, se fór possivel, a libertação completa do Rio Grande, no dia do jubileu sacerdotal do Santo Padre. »

Foi nomeada uma commissão, para redigir o manifesto abolicionista e estabelecer commissões locais, na campanha.

Ficou composta do mosenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, conselheiro Antonio Eleutherio de Camargo, Dr. Domingos Francisco dos Santos, Dr. Demetrio Nunes Ribeiro e Joaquim de Salles Torres Homem.

Encetou immediatamente seus trabalhos, e, nomeando cidadãos dos mais prestantes para as diversas localidades, convidou-os por meio de um bem elaborado manifesto a cooperarem na obra da religião e da humanidade.

Esse appello foi ouvido, e o clero teve a gloria de alcançar grande numero de alforrias, que os jornaes mencionavam, mas de que não se publicou uma estatistica.

A imprensa da capital, que coadjuvou efficazmente a igreja no seu emprehendimento duplamente sagrado, foi representada pela *Federação, Jornal do Commercio, Reforma, Mercantile Conservador*, que abjurou então a bandeira negra, que defendêra outr'ora, e pela *Folha da Tarde*, que portou-se galhardamente, apesar do haver entrado na circulação publica, sômente n'esse mesmo tempo.

E' de inteira justiça fazer menção especial do concurso dos republicanos, n'essa ultima phase do movimento abolicionista da provincia. Os republicanos Demetrio Ribeiro, Ernesto Alves, Julio de Castilhos e Torres Homem forara os principaes propagandistas na imprensa, em prol da libertação *immediata e incondicional* dos escravos. A *Federação* prestou a essa causa o mais ardente e continuado apoio, e o partido republicano organisou conferencias publicas, com o fim abolicionista.

O glorioso *Centro Abolicionista* de Porto Alegre, sempre inspirado pelo seu grande chefe, o coronel Joaquim Pedro Salgado, lançára tambem seu manifesto, incitando os combatentes veteranos de 1884 a reunirem-se mais uma vez sob a bandeira da liberdade, desfraldada agora pelo clero.

Sabemos que muitas adhesões ao novo movimento libertador foram provocadas por influencia do benemerito cidadão, que acabamos de nomear, que entreteve uma correspondência particular, para esse fim, com suas numerosas e prestigiosas relações da campanha.

A assemblea provincial, que celebrou suas sessões no fim do anno de 1887, harmonisou-se tambem em seus intentos com os sentimentos do povo rio-grandense; lançou um imposto de 100\$000 sobre a propriedade escrava.

O movimento patrocinado pelo clero continuava a produzir os melhores effeitos, nos primeiros mezes do presente anno, quando felizmente o paiz vio-se livre do ministerio de 20 de Agosto, que cahio em consequencia de uma arnaça.

Viveu e succumbio pela illegalidade

Comprehendiam todos que não era mais possivel prolongar-se a agitação social, promovida pela liberdade dos es-

cravos. O trabalho estava sendo abandonado, e negros fugidos poderiam se tornar atormentados pelo desespero e privações, um perigo para a segurança publica.

Seria um cumulo de imprevidencia da parte do novo governo, si não pensasse desde logo dar uma solução definitiva ao problema do elemento servil.

Essa questão era uma especie de pesadelo no corpo social, que não lhe permitia respirar.

Nenhuma actividade de qualquer sorte se notára mais no paiz, fazia annos; os espiritos não se occupavam senão com o assumpto abolicionista.

Custa-se crer que um governo ministerial poudesse subsistir dous annos e meio, contrariando por todos os modos a vontade manifesta da nação.

Não pensamos que deva fazer a felicidade publica um regimen politico, que vive divorciado da opinião.

Pois quando os factos têm-se produzido, que não ha mais duvida sobre a orientação dos espiritos: como presumir-se representar melhor a vontade geral um governo, que invoca unicamente os titulos de instituições inveteradas, embora em contradicção com o progresso e as necessidades actuaes?

Não pertence porventura ao povo ter sentimentos e opiniões, precisarão em summa os factos da vida nacional amoldar-se passivamente aos systemas politicos?

« Não é proprio dos factos dohrarem-se aos systemas, diz J. Barni; cabe aos systemas amoldarem-se aos factos. »

E' facil mostrar com os factos, e devemos fazel-o antes de expôr a solução final, como as idéas de libertação de escravos, comquanto fossem muitas vezes patrocinadas pela opinião, no nosso paiz, nunca foram attendidas senão fracamente pelo governo.

Já não citaremos o Sr. D. Pedro I, que não quiz ouvir fallar em tal cousa.

Sob a regencia trina, tivemos um acto prohibindo o trafico da escravatura, mas sabe-se como foi essa decisão legislativa protrahida pelo tempo de vinte annos.

Não duvidamos que o Sr. D. Pedro II fosse sempre bem intencionado, em prol do abolicionismo; mas, no seu longo reinado, foi apenas *restaurada* a lei prohibitiva do trafico e,

em 1871, decretou-se a liberdade dos nascituros de mulher escrava, o que já tinha sido também ordenado, um século antes, pelo governo portuguez, para suas colonias.

Entretanto, o que o poder não queria ou não julgava conveniente fazer, o povo brasileiro resolveu executar.

Si a lei de 1871 não teve intuitos propriamente abolicionistas, pois que não cogitou da liberdade dos escravos existentes, o seu alcance moral e social foi todavia immenso.

A data da lei Rio Branco marcou effectivamente o inicio da agitação abolicionista, n'este paiz.

N'esta questão, tornamos a affirmar-o, o povo e o governo andaram por sendas differentes.

O povo tomou o partido dos opprimidos, não se deixou convencer pelas hesitações do poder e, acompanhado de seus tribunos, dos orgãos da imprensa e da propaganda oral, que foram como seus apóstolos, elle conseguiu, qual um Redemptor, fazer sentir a Liberdade e a Fraternidade, até no animo dos infelizes degradados da escravidão.

III

Afinal, compellido pelo sentimento unanime, quando a revolução abolicionista já se fizera em todos os corações, e que ameaçava até traduzir-se em dramas de sangue, na provincia de São Paulo, o governo imperial achou azado fazer a reforma, almejada por todos os bons patriotas.

A 13 de Maio de 1888 promulgou-se, por iniciativa do ministerio presidido pelo senador João Alfredo Corrêa de Oliveira, a lei da assembléa geral, extinguindo a escravidão no Brazil.

Foi seguramente o acontecimento mais afortunado para os destinos d'esta terra.

O tempo, que já tem decorrido desde esse successo, servio para desmentir os tenebrosos vaticinios, que os espiritos emperrados annunciavam como consequencia da medida humanitaria e civilisadora.

Não tem havido, nas provincias onde mais abundava o braço escravo, outras reacções, a não ser as que têm partida dos mesmos ex-senhores, que, despeitados contra o triumpho abolicionista, abjuram até suas convicções monarchicas, para lançarem-se nos braços dos revolucionarios.

Não entram propriamente para as fileiras republicanas, como se tem dito, porquanto estas não se abrem para homens impulsados unicamente pelo sentimento conservador, inherente à instituição da escravidão.

No mais, por toda parte, os novos libertos mostraram-se geralmente dignos do que se lhes restituio.

Não alterando a ordem, ainda que dedicando os primeiros tempos a gozar ociosamente da liberdade, mostram-se inclinados a procurar o trabalho e, o que é característico, preferem as occupações que os tornem independentes de um amo.

Abençoada liberdade, que faz até reviver sentimentos, como esse da dignidade pessoal, que se supporta para sempre adormecidos n.º um peito escravo !

Para os homens, que têm abjurado todos os erros do passado, não é difficil enxergar n'um horizonte luminoso o futuro do nosso Brazil, que não contará a abolição da escravatura, senão como o primeiro golpe desfechado nas suas servidões sociaes e politicas.

O Brazil jazia por terra, preso a cadeias, tendo o abutre da escravidão a corroer-lhe as entranhas : havia sido condemnado a esse supplicio, pelos reis e deuses do passado colonial.

Era tempo de corresponder aos appellos da humanidade e da civilisação.

Uma nação grande como esta era, entretanto, a menor de todas em importancia social.

Uma terra de escravos não pôde ser contada senão como existindo no estado de barbarie, pois que as duas bases essenciaes de todo organismo social estavel, a cooperação livre dos individuos e a garantia d'essa sua liberdade, faltavam aqui !

Que importava que lobrigasse-se, no nosso meio, com alguns arremedos da civilisação européa, si os costumes permaneciam ferózes, si os sentimentos das classes directoras comportavam a oppressão e o captivo duro e atroz do proletario ?

O commum dos litteratos não clama porventura, ainda hoje, contra a barbarie da Idade Media, simplesmente por-

que nas sociedades de então dividiam-se os homens em senhores feudaes e em servos da gleba ?

Entretanto, com a luz da philosophia da historia se tem tornado evidente que a condição desses servos, apenas ligados á propriedade territorial, já constituia um consideravel progresso sobre a pura escravidão pessoal, qual existira em todo o mundo antigo.

E' o mesmo criterio que nos patenteia como essa escravidão, restaurada pelos reis no mundo moderno, em favor das possessões coloniaes, exprime uma monstruosidade social, o contraste o mais palpitante com a orienção liberal dos novos progressos do espirito humano.

O que, porém, admira grandemente é que uma nação como a nossa, ao emancipar-se do jugo colonial, não rompesse de uma vez todas as outras cadeias, que não peiavam menos o seu desenvolvimento social e economico do que a obediencia a uma metropole embaraçava o seu futuro e grandeza politica.

Devera imitar as republicas hespanholas da America, pelo menos quanto ao que ellas praticaram na época de sua respectiva independencia, destruindo os grilhões dos seus captivos.

Ao envez d'isso, a monarchia que subsistio entre nós condescendeu, desde a nossa independencia, com a perpetuação da escravatura.

Erro fatal para os destinos da nação, e igualmente prejudicial para quem d'elle teve a autoria !

A monarchia, que pensou talvez assegurar, segundo os velhos erros, a estabilidade da riqueza nacional, assentando-a sobre o trabalho escravo, não fez na realidade nada mais que servir os interesses particulares dos donos de captivos.

Essa perniciosa condescendencia significou sempre a mesma cousa, durante toda a existencia do imperio : isto é, o paiz nada lucrou, bem ao contrario, com a existencia do trabalho escravo, que só servio para alimentar a opulencia dos nossos fazendeiros.

A lavoura reduzida a uma só produção principal, o café, as riquezas naturaes permanecendo inexploradas, a industria manufactora completamente ausente, o commercio

de importação assoberbando nossa praça : eis o balanço do regimen economico da escravidão.

Mas, tanto peor para a monarchia, por não saber ella que a graça que concedera aos senhores de escravos, figurava tambem de punhal de misericordia, que algum dia se voltaria contra seu proprio seio.

Na verdade, o consentimento para que se perpetuasse o captivo do trabalhador foi um beneficio licito da monarchia fundada no Brazil. O principal auxiliar da obra da independencia, o amigo e conselheiro leal do primeiro imperador, José Bonifacio, pediu e poderia ter obtido a liberdade dos escravos.

A monarchia, porém, não o quiz, e, em sua fraqueza pelos poderosos senhores de terras no Brazil, não cogitou que sua propria existencia ligava-se d'ora avante aos interesses dos beneficiados.

Consciente ou inconscientemente, a monarchia fizera da escravidão o principal esteio do throno.

Hoje, que uma bella senhora, occupando a Regencia do Imperio, desprende o ultimo elo da corrente, que prendia o Brazil á barbarie, dá-se uma lição memoravel para todos os que pôdem distribuir graças, e que já tinha sido traçada por Montesquieu, ao descrever os resultados da batalha de Actium, quando Antonio se viu abandonado da rainha do Egypto, dos reis e capitães, que elle havia feito :

« Enchei um homem de beneficios, a primeira idéa que lhe inspirais, é a de procurar os meios de conserval-os : são novos interesses, que lhe dáis a defender. »

Não é, porventura, essa a imagem do que se dá presentemente com a monarchia brasileira ?

Que mais acrysolados defensores e amigos tinha esta, afóra os mesmos fazendeiros, que em sua grande maioria commungavam nas doutrinas conservadoras, regeitando até com indignação a mesma escola liberal monarchica, por considerarem n'á muito independente perante o poder da corôa ! ?

Entretanto, não por ter sido vencida a monarchia, mas por ter ficado vencedora a grande aspiração nacional e humanitaria da liberdade dos captivos, os ardentes e enthu-

siastas amigos e alliados da vespera abandonaram a corôa e fazem ouvir contra ella gritos de colera e vingança !

Não poderemos jamais applaudir os actos provocados pelo despeito e, no meio de tanto rancor provocado pela liberdade que se restituiu a seiscentos mil brasileiros, sentimo-nos antes, apesar de republicano, levado de sympathias pela excelsa princeza, que talvez sacrificasse seu throno á causa da redempção dos captivos.

Temos a mais plena convicção pelo proximo advento de um novo regimen social para o nosso paiz, e por isso mesmo, confiado no triumpho das idéas, não nos deixaremos jamais dominar pelas paixões politicas, a ponto de sentir odio pelas pessoas, menos ainda quando estas tem cooperado para o bem e a grandeza da patria.

Respeitamos outrossim na augusta regente o seu caracter de mulher, e talvez o nosso pensamento queira, n'estas linhas que lhe endereçamos, prestar homenagem á nobreza d'alma das senhoras brasileiras, que ella soube representar tão dignamente.

Folgamos de viver n'uma provincia, onde a liberdade é tradicional e não precisam suas campanhas serem ateadas por paixões ruins.

A abolição da escravatura tem despertado unicamente, no pensamento dos rio-grandenses, a idéa de proseguirem na conquista pacifica de novas reformas sociaes, reclamadas pela opinião e as necessidades publicas.

No numero dessas reformas, nomeia-se em primeiro logar a liberdade de cultos e a descentralisação administrativa.

O Rio Grande do Sul, que conta um grande numero de acatholicos, e vê estes concorrendo para seu bem estar e progresso, e que já os tem admittido no gozo dos direitos politicos, não pôde razoavelmente soffrer que elles continuem privados da liberdade de pensamento em materia de crenças. E' preciso notar que os europeus, principalmente os de origem germanica, dão ás superstições religiosas muito mais importancia, que os povos d'America não costumam ligar-lhes.

O senador Gaspar da Silveira Martins, incontestavelmente o rio-grandense o mais illustre, pelo seu talento, seu

saber, suas virtudes civicas e os serviços prestados ao paiz e à sua provincia natal, foi o eloquente e prestigioso iniciador dessa reforma, que depois de passar na camara vitalicia, tem sido detida no ramo temporario do parlamento.

A opinião quer que ella seja convertida em lei do paiz, e até mesmo deseja vel-a seguida de uma completa separação da Igreja e do Estado.

Já nos referimos n'outra parte à descentralisação administrativa, que é a declaração de sua maioridade, que pedem as provincias brazileiras. Ellas se consideram não sómente aptas para cuidar ellas mesmas de seus negocios, como ainda mais reconhecem que estes são lesados constantemente pelos procuradores, que o centro lhes impõe.

Receia-se quiçá, e dizem ser esse até o principal motivo de resistencia à sua acceitação, que a descentralisação administrativa promova o advento da republica, porquanto o principio essencial do regimen monarchico é precisamente a centralisação da autoridade.

Não queremos dar como affirmativas as nossas previsões, mas quando soubessem os promotores das reformas sociaes, que a conquista d'estas não se obtinha sem uma mudança de regimen, não cremos que hesitassem, em se tratando da felicidade da patria.

Como são concordes em dizer hoje muitos publicistas, os governos não existem para outros fins que os da propria sociedade ; isto é, convem-lhes, mesmo em vista de seu interesse, promover todo o bem e todo progresso para os povos, cuja direcção lhes está confiada.

Ninguém continuará a sustentar seriamente, que o governo de um paiz cabe por graça divina a uma determinada familia, como cousa lhe pertencendo em proprio.

Nos tempos heroicos da sociedade grega, diz E. Quinet, o primeiro proprietario d'um territorio era o deus local : Jupiter, Pallas-Athenè, Juno de Argos, etc.

Esses deuses nacionaes transmittiam a descendentes terrestres seus direitos, que perpetuavam se pelos chefes de familia ou dynastias, como os *Heraclidas*, por exemplo.

Nos nossos tempos, uma instituição de governo só se póderia perpetuar, identificando-se completamente com a opinião, com as aspirações e as necessidades nacionaes.

São os destinos dos povos, que os governos são chamados a representar, modernamente.

Ora, dado o character de actividade pacifica, que representa a industria nas sociedades actuaes, pensa H. Spencer que lhes é necessario um regimen cada vez mais livre de governo :

« Nos tempos modernos, a relação que une um regimen social preferentemente industrial e uma fórma de governo menos coercitiva se revêla nas cidades hanseaticas, nas dos Paizes Baixos, que deram nascimento á republica neerlandeza, e principalmente na Inglaterra, nas colonias inglezas e nos Estados- Unidos. — O que ainda faz comprehender que existe entre o regimen industrial e as instituições livres uma relação de causa e effeito, é que os paizes onde operaram-se as maiores mudanças no sentido da liberdade politica, são os paizes industriaes. . . »

Portanto, abstrahindo para sempre o insolito pensamento de um feudo divino, nenhum governo pôde presentemente felicitar uma nação, sem proporcionar-lhe a maior somma possível de liberdades.

Callamos n'uma terra da America, e aqui não se encontram certamente tendencias e tradições arraigadas, privilegios de individuos ou interesses de classe, que possam, como na velha Europa, deter ou contrariar as reformas sociaes.

Ser livre, é ser activo ; e ha muito tempo que o Brazil apresenta-se atrazado em todos os ramos da actividade humana !

Conquistemos a liberdade, não pela espada, como dizem os declamadores de nomeada, mas pela reflexão e desinteresse, devendo a primeira qualidade pertencer aos nossos estadistas e a outra virtude ser o apanagio de todos os verdadeiros patriotas.

O movimento em favor da abolição da escravatura instruiu sufficientemente o povo de que, sem abalo da ordem publica, sem ataques violentos ás instituições, bastando apenas ser esclarecida a opinião, e habilitando-se o paiz a manifestar *motu-proprio* suas necessidades, podem os brazileiros confiar no successo das reformas sociaes.

A regeneração da patria deve ser o objecto capital dos

esforços de todos os partidos e simples cidadãos. Com semelhante fim são descabidos os odios ás pessoas, que aliás nada são em se tratando de idéas, contra as quaes a Historia nos mostra impotentes os individuos e os mesmos governos.

As idéas triumpham pela sua propria natureza, ellas são a luz do pensamento humano, a sua imagem ou representação reflectida. Não se póde extinguil-as, á maneira da chamma material. O seu brilho depende apenas de sua elevação sobre o horisonte social, onde ellas se mostram a maior ou menor altura, segundo as zonas de progresso em que se acham distribuidos os povos.



02/04-1223

4/0074 m

